

29 OUT 1982

ANC 88
Pasta 82/85
012/1982

Arinos quer o Congresso Constituinte

O futuro Congresso deverá se transformar em Assembleia Constituinte, através de um projeto de resolução, sob pena de se "desmoralizar historicamente." A proposta, de que os próprios políticos a serem eleitos em novembro resolvam o problema da "vacância legal" do País, foi apresentada pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco em um minucioso artigo publicado na revista do extinto Partido Popular que só esta semana circulou no Congresso.

Este primeiro número da revista "Política Popular" foi editado pela Fundação Juscelino Kubitschek para pesquisas e estudos políticos, que foi criada pelo PP tendo em seus estatutos que a sua manutenção não dependeria de posteriores reformulações partidárias. Atualmente a fundação é administrada por senadores e deputados do PMDB. Apesar disso, no artigo de Afonso Arinos é criticada a tese da convocação da Assembleia Nacional Constituinte afirmando que os líderes que a propõem não explicam como isto se fará. "Na verdade, ninguém acredita nem deseja tal coisa", afirma o jurista.

O ex-ministro definiu o Brasil em seu artigo como um "país que marcha para a luz com os olhos vendados" porque a abertura é inegável, caminha-se para as eleições gerais, mas o Congresso Nacional "não tem representatividade política". O professor ressalta que nunca em sua história o país ficou tanto tempo em uma situação de "vacância de direito político" e considera que os governos revolucionários desde 1964 nunca tiveram uma ideologia do poder coerente e inteligível. As elaborações político-jurídicas dos governos militares sempre foram "simplistas, confusas, indecisas, desconexas, sem relação com o povo e inteiramente desligadas de qualquer corpo ideológico identificável".

Afonso Arinos mostrou-se convencido em seu artigo de que o Presidente Figueiredo, "cuja liderança no curso da restauração democrática encontra apoio nacional" será levado "pelo próprio dinamismo do movimento que lidera" a incorporar a abertura "o processo de reconstitucionalização do país". Nada poderá deter o Congresso nesta tarefa e o Poder Executivo terá de colaborar com ela, afirma o professor.

CORREIO BRAZILIENSE

29 OUT 1982